

2018 ano 43 v. 282 ago.

Artigos

- Processo e Constituição - Parte II**
01. *(José Manoel De Arruda Alvim Netto)* 21
- Sobre a fundamentalidade material do direito ao processo justo em perspectiva cível na realidade brasileira: reflexões sobre uma dinâmica de consolidação histórico-cultural**
02. *(Luis Alberto Reichelt)* 67
- As condições da ação no CPC/2015 sob a ótica instrumentalista em busca da eficiência processual**
03. *(André Alia Borelli, Gilberto Notário Ligerio, Vinícius Marin Cancian)* 93
- Teoria da prova: standards de prova e os critérios de solidez da inferência probatória**
04. *(Humberto Ávila)* 113
- Tempo social e do direito como instrumentos da razoável duração do processo**
05. *(Victor Saldanha Priebe)* 141
- Prova documental eletrônica como objeto probatório no contexto do Processo Civil brasileiro**
06. *(Antônio Pereira Gaio Júnior, Rafaella Cardoso Ramos)* 179
- Considerações sobre o inciso II do art. 311 do CPC/2015: perspectivas probatória e do uso dos precedentes**
07. *(Arthur Ferrari Arsuffi)* 201
- Técnicas de elaboração da petição inicial do processo de execução**
08. *(Guilherme César Pinheiro)* 231
- A ampliação do colegiado em julgamentos não unânimes**
09. *(Alexandre Freitas Câmara)* 251
- Interpretação extensiva, analogia e o rol do artigo 1.015 do Código de Processo Civil**
10. *(Carlos Frederico Bastos Pereira)* 267
- A revogação tácita do art. 1.037, § 10, III, do CPC**
11. *(Clayton Maranhão, Frederico Augusto Gomes)* 285
- Cabimento do agravo de instrumento segundo o Código de Processo Civil brasileiro de 2015: aspectos polêmicos**
12. *(Henrique de Moraes Fleury da Rocha)* 299
- Princípio da oralidade no novo Código de Processo Civil: a possibilidade de sustentação oral em agravo de instrumento que verse sobre decisão interlocutória de mérito**
13. *(Livia Losso Andreatini)* 319

14.	O artigo 1.034 do atual Código de Processo Civil e a "causa de pedir aberta" no recurso extraordinário <i>(Osmar Mendes Paixão Côrtes)</i>	335
15.	A vinculação da Administração Pública ao precedente judicial do IRDR: uma imposição da juridicidade em prol do interesse público qualitativo <i>(Clóvis Mendes Leite Reimão dos Reis)</i>	353
16.	A dissolução parcial de sociedade no Código de Processo Civil de 2015: pretensões veiculáveis, sociedades alcançadas e legitimidade <i>(Rodrigo Mazzei, Tiago Figueiredo Gonçalves)</i>	383
17.	Autorreferência como dever de motivação específico decorrente do stare decisis <i>(Lucas Buril de Macêdo)</i>	411
18.	A construção da motivação nas decisões colegiadas: o importante papel da majority opinio em um sistema de precedentes <i>(Taís Schilling Ferraz)</i>	435
19.	O Procedimento Extrajudicial Pré-Executivo Lusitano (PEPEX): algumas lições para o sistema brasileiro <i>(Marco Antonio Rodrigues, Rafael Calmon Rangel)</i>	455
20.	Processo administrativo e negócios processuais atípicos <i>(Egon Bockmann Moreira, Marcella Pereira Ferraro)</i>	475
21.	Case management: Brazilian report <i>(Guilherme Peres de Oliveira, Rodrigo Barioni, Teresa Arruda Alvim)</i>	511